



# A servidão cultural

*uma análise crítica do discurso do  
Ministério da Cultura de 2003 a 2017<sup>1</sup>*

*Marina Coelho<sup>2</sup>*

*Monique Nascimento<sup>3</sup>*

*Eloise Helena Livramento Dellagnelo<sup>4</sup>*

*Aline Van Neutgem<sup>5</sup>*

- .....
- 1 Este artigo foi apresentado, em versão preliminar, no XIII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), em 2017.
  - 2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: marinacoelho.nina@gmail.com.
  - 3 Doutoranda do PPGA/UFSC. E-mail: moniquenn@gmail.com.
  - 4 Professora do PPGA/UFSC. Doutora em Engenharia de Produção pela UFSC. Líder do Grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional da mesma instituição. E-mail: eloise.livramento@ufsc.br.
  - 5 Mestranda do PPGA/UFSC. E-mail: alinevaneutgem@hotmail.com.

## RESUMO

A ideia de cultura como direito fundamental no Brasil, valorada em si (não obstante à Constituição de 1988) só é efetivamente apropriada nas políticas públicas com a entrada de Gilberto Gil no Ministério da Cultura. Entretanto, a despeito do esforço de um reposicionamento conceitual e político, o campo cultural permanece em disputa nos anos que se seguem. Objetivamos, nesse sentido, analisar criticamente os discursos de posse dos últimos oito ministros da Cultura do Brasil (a partir de 2003) – utilizando a lente teórico-metodológica de Norman Fairclough (2001, 2003) –, evidenciando os conceitos de cultura que fundamentam e refletem as ações no campo. Observamos que, a despeito do esforço de mudança anunciado, a cultura permanece servil; razão secundária de políticas “econômicas e sociais” da cultura; um meio, um instrumento à serviço do desenvolvimento nacional.

*Palavras-chave:* Cultura. Ministério da Cultura. Políticas públicas da cultura. Análise crítica do discurso.

## ABSTRACT

The idea of culture as a fundamental right in Brazil, valued in and of itself (despite the 1988 constitution) is appropriated in public policies only when Gilberto Gil becomes Minister of Culture. In spite of the effort of a conceptual and political repositioning, the cultural field remains in dispute in the years that follow. In this sense, our objective was to critically analyze the discourses pronounced by the last eight Ministers of Culture of Brazil (from 2003), using the theoretical and methodological lens of Norman Fairclough (2001, 2003), showing the concept of culture that underlies and reflects the actions in the field. It has been observed that, despite the announced effort, culture remains servile; a secondary reason for “economic and social” policies of culture; a means at the service of national development.

*Keywords:* Culture. Ministry of culture. Public policies of culture. Critical discourse analysis.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A noção de cultura é considerada, simultaneamente, o “argumento adequado para acabar com naturalizações” sobre como se organiza a sociedade (CUCHE, 1999, p. 10) e o mais poderoso instrumento de dominação e manutenção da ordem social estabelecida. (BRANT, 2009) Objeto de disputas discursivas, o conceito de cultura transita entre distintas visões e atua no reposicionamento do campo cultural ao longo do tempo. (BRANT, 2009) Independentemente do contexto histórico, no entanto, essa disputa semântica, inerentemente política e ideológica, foi e será definidora de um campo simbólico determinado para distinguir e identificar, para excluir e legitimar. (BRANT, 2009; CUCHE, 1999)

A transitividade do conceito de cultura percebida no histórico político cultural brasileiro reflete esse pressuposto. Uma série de transformações puderam ser verificadas, no entanto, durante muito tempo, o Estado brasileiro endossou historicamente o descarte das organizações desse campo, cedendo a “serventia” da cultura ao mercado por meio das leis de incentivo. Como afirma García Canclini (2008), dependentes do financiamento privado, instituições culturais foram reconvertidas em empresas ou permaneceram

à margem do sistema; a cultura foi transformada em produto, e aos cidadãos foi dado o direito restrito ao consumo passivo.

Entre as transformações ocorridas nas políticas públicas da cultura, destacamos a entrada de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, em 2003, a qual anuncia, para Rubim (2015), o abandono de uma visão focada na alta cultura e é um contraponto ao autoritarismo das políticas culturais brasileiras. Já para Simões e Vieira (2010), a cultura no período anterior (1985–2002), entendida como mercado, passa, desde então, a ser representada como desenvolvimento.

Assim, podemos inferir que, em diferentes momentos históricos, na medida em que se adotam novas concepções de cultura, altera-se, também, o direcionamento das ações políticas no campo, dada a estreita relação dessas concepções com os diferentes projetos políticos de sociedade. (BRANT, 2009) Acreditamos que por ser o Estado uma instância decisiva na direção e regulação política sobre a área cultural, por meio da análise das suas práticas discursivas e sociais, podemos compreender fundamentos e escolhas refletidos na construção da realidade social. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é a aproximação da resposta à questão: Como se transformou, desde 2003, a representação de cultura no discurso do Ministério da Cultura do governo federal? Buscamos responder a essa questão através da análise crítica do discurso dos ministros da Cultura em ocasião de suas posses, importantes momentos de transição do campo cultural no Brasil.

Para tal feito, apresentaremos, a seguir, as bases teóricas e reflexões acerca do conceito de cultura e de políticas públicas culturais. Buscaremos também, elucidar a respeito das especificidades da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Fairclough (2001, 2003), adotada, neste estudo, enquanto lente teórico-metodológica, bem como demais aspectos metodológicos que nortearam esta pesquisa. Demonstraremos, então, a partir da análise dos discursos de posse dos ministros(as) da Cultura – Gilberto Gil (2003), Juca Ferreira (2008), Ana de Hollanda (2011), Marta Suplicy (2012), Juca Ferreira

(2015), Marcelo Calero (2016), Roberto Freire (2016) e Sérgio Sá Leitão (2017) – que, a despeito das disputas discursivas envolvendo o campo cultural, há uma unidade na representação de cultura como recurso útil, portanto, sem valor por si, que fere o preceito constitucional da cultura como direito fundamental ao condicionar seu reconhecimento e legitimidade à sua serventia social/econômica. Por fim, realizaremos algumas reflexões concernentes à problemática que esta investigação propõe.

## O QUE SE ENTENDE POR CULTURA?

O entendimento sobre o significado de cultura nunca foi debate encerrado. A cultura remete à ordem simbólica e, no que tange ao sentido, não cabe definição fechada ou concreta, apenas alguns elementos de convergência. Cuidar, cultivar, proteger, adorar, preparar, cumprir, praticar, honrar, respeitar: o caráter polissêmico do termo é evidente desde sua origem latina. (BRANT, 2009; CUCHE, 1999) Nesse sentido, Jorge (2006) salienta que as definições de cultura são mutáveis, interessadas e históricas, devendo ser consideradas parte do discurso sobre a vida social.

Para Botelho (2001), a cultura pode ser vislumbrada nas dimensões antropológica e sociológica. Em sua dimensão antropológica, Botelho (2001) compreende que a cultura se produz por intermédio do convívio social dos sujeitos, que desenvolvem suas maneiras de sentir e pensar, estruturam seus valores, lidam com suas diferenças e identidades, e instituem suas rotinas. Em síntese, nesse caso, a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz simbólica e materialmente falando. A cultura no sentido sociológico trata-se de expressão artística em sentido estrito. É nesse espaço que se inscreve tanto a produção de caráter profissional quanto a prática não profissional, e que há todo um aparato que colabora para a formação de um público consumidor de bens culturais. (BOTELHO, 2001)

Já para David Throsby (2001), são apontadas duas dimensões relevantes para o termo cultura. A primeira refere-se à cultura como

“marco antropológico ou sociológico para descrever um conjunto de atitudes, crenças, convenções, costumes, valores e práticas comuns ou compartilhadas por qualquer grupo” (THROSBY, 2001, p. 18), que evolui ao longo do tempo e é transmitido de uma geração para outra.

A segunda dimensão destacada por Throsby (2001) se refere à cultura enquanto aspecto funcional, em que é possível compreendê-la enquanto atividades que conduzem ao esclarecimento e à educação da mente, aos aspectos intelectuais, morais e artísticos da vida humana. Do ponto de vista funcional, a cultura é considerada como um elemento da economia, na qual os esforços são dirigidos à produção e ao consumo de bens culturais, que acabam sendo tratados como mercadorias e retratam dilemas de oferta e demanda, mercado e distribuição.

Em vez de focar na “antropologização” da noção de cultura, Yúdice (2004) a aponta enquanto recurso. Para o autor, tal noção (cultura enquanto recurso) pressupõe uma perspectiva que não deve ser considerada característica nem da alta cultura e nem da cultura cotidiana no sentido antropológico. Yúdice (2004) refere que nos tempos hodiernos, a cultura tem sido crescentemente dirigida para uma noção de recurso para melhoria sociopolítica e econômica. Dessa maneira, a cultura enquanto recurso é o eixo de uma estrutura epistêmica em que a ideologia e a sociedade são absorvidas por uma racionalidade econômica ou ecológica. Yúdice (2004, p. 52), destaca, ainda, que nessa perspectiva, a “cultura é conveniente enquanto recurso para se atingir um fim”.

Assim como pontuado por Botelho (2001), acreditamos que a concepção de cultura, delimita e define as estratégias político-culturais engendradas pelo Estado. Nessa perspectiva, veremos que aquilo que se entende por cultura embasou a construção de políticas culturais brasileiras em diferentes momentos históricos e que conforme percorrido por Yúdice (2004), apesar de ocorrer em determinados períodos uma ampliação das atenções do Estado a

diferentes manifestações culturais, ainda prevaleceu a ideia da cultura enquanto recurso.

## UM RESUMO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NO PAÍS

A cultura é parte fundamental de qualquer projeto político de sociedade, o qual expressa uma visão de mundo e se solidifica por meio da implementação de políticas públicas, dentre as quais as culturais. No decorrer do tempo, houve uma transitividade nesses conceitos, que se refletiram na construção e na implementação de políticas públicas que moldaram o campo cultural.

Simões e Vieira (2010), ao analisarem historicamente o campo político cultural brasileiro, identificaram as transições da representação da cultura como projeto identitário (entre 1920-1945), como ideologia desenvolvimentista (entre 1945-1964), como estratégia ditatorial (entre 1964-1985) e como ativo mercadológico (entre 1985-2002).

Neste último período, observamos o experimento neoliberal que extingue o Ministério e inúmeros órgãos da cultura, além de centrar o financiamento à cultura por meio do mecanismo de renúncia fiscal. (RUBIM, 2007) Nesse contexto, as políticas públicas culturais reconfiguraram-se segundo critérios empresariais e cada vez mais interessava saber se a atividade cultural se autofinanciava e gerava lucros e prestígio, em detrimento do que trazia de novo a obra ou movimento artístico em questão. (CALABRE, 2007; GARCÍA CANCLINI, 2008)

A partir de 2002, aquilo que se entende e se reconhece enquanto cultura no Brasil, passa por um esforço de transição: da democratização para a democracia cultural do conceito estrito de Cultura (com C maiúsculo) para um conceito mais abrangente, de um público espectador para o povo fazedor de cultura. Há assim, a emergência de um diferente modo de olhar para a cultura, sob o pretexto de

favorecimento da expressão da diversidade cultural e do reconhecimento da heterogeneidade do público, que não apenas a recebe, mas a produz. Conforme Rubim (2007, 2015), atrelada à ideia das políticas de inclusão social empreendidas pelo governo Lula, a concepção de cultura adotada pelo Ministério nessa nova gestão é orientada por uma perspectiva antropológica que abrange outras formas de manifestação que não aquelas circunscritas à cultura culta (erudita). O MinC abandona o dirigismo tradicional ao substituir a ideia de “levar” cultura à sociedade, pela legitimação da cultura já produzida pelos sujeitos sociais. (GARCÍA CANCLINI, 2008)

Inicia-se um período de reafirmação da *cultura como direito* e uma transformação das tradições de ausência, autoritarismo e instabilidade das políticas culturais brasileiras. (RUBIM, 2015) Abre-se espaço para o que Chauí (2008) concebe como uma política pública para a cultura baseada na democracia e definida pela ideia de cidadania cultural. O Programa Cultura Viva, o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura desenvolvidos nesse período, reúnem, em seu eixo estrutural, as questões que passam a pautar a política cultural.

O discurso de posse de Gilberto Gil, em 2003, foi símbolo emblemático do momento de transformação de toda a cena política cultural; elemento orientador de uma nova configuração. Nesse momento, histórico-político-cultural, iniciamos nossa análise.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

O objetivo do presente artigo consiste em analisar, nos discursos de posse dos ministros da Cultura do Brasil, a partir de 2003, como se transformou o conceito de cultura que serve de fundamento às ações direcionadas a esse campo. Os discursos proferidos pelos ministros da Cultura em cada tempo são representativos da postura ideológica do Estado na medida em que carregam o posicionamento do ocupante da mais alta posição de gestão dentro do

principal órgão de coordenação das políticas públicas da cultura no país, autorizado a falar em nome do Estado.

Importante ressaltar que a opção por trabalhar com os discursos de ministros a partir de 2003 se deve ao fato de acreditarmos que tal período pudesse representar uma reconfiguração no campo devido às transformações ocorridas nas políticas públicas da cultura, conforme refere Rubim (2015). Os discursos de posse dos ministros a partir de 2003, *corpus* de análise deste artigo, foram levantados no site institucional do Ministério. Foram analisados no total 8 discursos de posse dos seguintes ministros(as): Gilberto Gil (LEIA..., 2003); Juca Ferreira (2008); Ana de Hollanda (2011); Marta Suplicy (2012); Juca Ferreira (2015); Marcelo Calero (2016); Roberto Freire (2016); e, Sérgio Sá Leitão (2017). Para subsidiar a análise, utilizamos como lente teórico-metodológica a Análise Crítica do Discurso (ACD) de Norman Fairclough (2001, 2003).

Ao considerar que as práticas discursivas podem favorecer a transformação social ou a manutenção da ordem vigente, a ACD contribui para desvelar os modos pelos quais os discursos reproduzem ou desafiam as relações de poder na sociedade, apontando a ideologia e visão de mundo que os fundamentam. (FAIRCLOUGH, 2003)

As análises discursivas realizadas na descrição e interpretação do fenômeno estudado foram textualmente orientadas através da busca de evidências linguísticas em seu significado *representacional*, capaz de revelar através do discurso (em seu conceito mais concreto) a identificação da visão de mundo (referente, no caso desta pesquisa, à ideia de cultura) subjacente ao texto produzido. (FAIRCLOUGH, 2001)

Utilizamos, para a análise representacional de cultura no *corpus* selecionado, as categorias discursivas da Fairclough (2001, 2003): *interdiscursividade*, *representação de eventos sociais*, *análise lexical*, *transitividade dos processos materiais*, *intertextualidade*, *avaliação*, *modalidade deôntica*, *relação semântica*, *temporalidade e vocabulário*.

A *interdiscursividade* permite a análise representacional das relações externas dos textos, por identificar no discurso uma relação dialógica: harmônica ou polêmica com outros discursos; a *representação de eventos sociais* implica examinar de que maneira os elementos de um evento social (nesse caso, texto) são seletivamente filtrados e incorporados noutro; a *recontextualização* implica identificação de como os atores sociais e suas atividades são representados; a *avaliação* permite a identificação do que o enunciante representa como positivo, importante, relevante; a *modalidade deôntica* está relacionada ao julgamento em relação ao que é verdadeiro e o que é necessário, ao que é desejável ou indesejável, bom ou mau; as *relações semânticas* indicam o tipo de associação estabelecida pelo enunciante (encadeamento lógico) entre as ideias postas; a *temporalidade* explícita, por meio da linguagem, a transformação social em processo; o *vocabulário* implica análise das escolhas lexicais/semânticas que atribuem significação; a *legitimação* pode ser identificada por estratégias que recorrem à autorização, racionalização, validade cognitiva, avaliação moral e mitopoiesi; a *transitividade* contribui para a representação dos atores sociais através da identificação de processos materiais – ações realizadas no mundo físico.

Suportaram, ainda, a análise as categorias de estratégias típicas de construção simbólica de Thompson (2002): *legitimação* – racionalização, universalização, narrativização; *dissimulação* – deslocamento contextual de termos e expressões, eufemização; *tropo* – sinédoque, metonímia, metáfora; *unificação* – standardização, simbolização da unidade; *fragmentação* – diferenciação, expurgo do outro; e *naturalização* – eternalização de eventos socioculturais, nominalização ou passivização.

## A DISPUTA DISCURSIVA NOS DISCURSOS DOS MINISTROS DESDE 2003

Não obstante à luta discursiva que envolve o conceito de cultura observada nos discursos analisados, alguns elementos centrais da sua representação permanecem sob consenso nas diversas perspectivas adotadas pelos ministros. Nesse sentido, observamos que a cultura é concebida, em uníssono, como “identidade nacional” (CALERO, 2016; FERREIRA, 2008, 2015; FREIRE, 2016; HOLLANDA, 2011; LEIA..., 2003; LEITÃO, 2017; SUPLICY, 2012), ou seja, como a “liga da cidadania” e fator de “unidade” (CALERO, 2016), de “singularidade e (auto)reconhecimento”. (HOLLANDA, 2011) Podemos dizer que tal ideia de cultura como elemento de nacionalização remonta e resgata o período Vargas, quando a cultura era entendida como projeto de identidade nacional. (SIMÕES; VIEIRA, 2010)

E, como “o fio que une uma nação” (LEIA..., 2003), a cultura é representada como “elemento central, de caráter estratégico, para o desenvolvimento”<sup>6</sup> (CALERO, 2016; FERREIRA, 2008, 2015; FREIRE, 2016; LEIA..., 2003; LEITÃO, 2017; SUPLICY, 2012), é entendida como a “argamassa” (LEIA..., 2003) (portanto, o material para a construção) de todo e qualquer “projeto de país/pacto nacional” (CALERO, 2016; FERREIRA, 2008, 2015; HOLLANDA, 2011; LEIA..., 2003; LEITÃO, 2017), por todos os ministros(as), independentemente das divergências em relação ao “futuro” (CALERO, 2016; FERREIRA, 2015;), ou “ao Brasil do século XXI” (LEITÃO, 2017), que se vislumbre “construir” (em conteúdo e forma). Observamos, repetida e enfaticamente nos discursos analisados, o resgate de uma perspectiva desenvolvimentista que percebe na cultura seu elemento central. (SIMÕES; VIEIRA, 2010)

- .....
- 6 O termo exato “Desenvolvimento” foi proferido em trinta e seis momentos textuais pelos ministros(as) em posse. A recorrência da escolha semântica reforça sua importância conceitual no discurso sobre a cultura.

Ademais, ao passo que a cultura é representada como material, a política cultural o é como ferramenta/meio/instrumento para essa construção, qualquer que seja o seu “projeto” (fim) arquitetônico. Em todos os casos, está na “estratégia”, ou seja, na “política cultural” o vínculo estabelecido entre cultura e “desenvolvimento” ou o “projeto” de nação, ou poderíamos dizer, o instrumento que faz servir a cultura ao desenvolvimento, seja ele explicitamente compreendido como “progresso/crescimento econômico” (CALERO, 2016; FERREIRA, 2008; FREIRE, 2016; LEITÃO, 2017), ou avanço “social/democrático” (FERREIRA, 2008, 2015; LEIA..., 2003) e/ou sustentável. (FERREIRA, 2008, 2015)

Cultura como móvel fundamental da formação da nossa nação, para *avançarmos* [...] e sermos contemporâneos do *futuro*. [...] Cultura, importante elemento de *desenvolvimento* econômico. (FREIRE, 2016, grifo nosso)

A cultura tem, como se vê [após a apresentação de dados econômicos], uma elevada capacidade de *contribuição para o desenvolvimento do país*, e pode crescer ainda mais. (LEITÃO, 2017, grifo nosso)

Identificamos, a partir da análise dos discursos, que diferentes representações de cultura implicam diferentes representações de desenvolvimento (sendo o inverso, igualmente verdadeiro), que se refletem nas políticas culturais (adequadas a essas representações) empreendidas num contexto político-discursivo específico.

A fala de Gilberto Gil (LEIA..., 2003, grifo nosso) marca uma ampliação do conceito de cultura em um esforço de reposicionamento do campo político-cultural brasileiro. No início de seu pronunciamento, o enunciante demarca por negação o que entende por cultura. Em suas palavras:

Cultura *não é* apenas uma espécie de *ignorância que distingue os estudiosos* [...] nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais,

com as suas *hierarquias suspeitas* [...] vai muito além do que chama de concepções acadêmicas, da classe artística intelectual.

Nesse sentido, as palavras de Gil (LEIA..., 2003), anteriormente destacadas, distanciam-se daquilo que Cuche (1999) denomina “Cultura com ‘c’ maiúsculo”: a cultura de elite, erudita, clássica, de valor universal, resultante de produções artísticas sofisticadas, filosóficas, científicas, elaboradas com referências técnicas, caracterizadas por certo hermetismo. (JORGE, 2006) Apenas depois de posicionar-se em contraponto à alta cultura, Gil (LEIA..., 2003) caracteriza, positivamente, por meio de analogia (cultura como) o que aceita como definição: cultura como os “símbolos” (signo, sentido, senso); cultura como “exercício de antropologia aplicada” (atos, gestos, jeitos), explicitando, de modo mais abrangente, a cultura em sua significação antropológica, conforme Botelho (2001). Destacamos que a existência de uma visão mais “alargada” de cultura (conforme enunciado no discurso de Gil), a partir do olhar para a cultura popular, pode ser compreendida com base naquilo que discute Yúdice (2006). Para o referido autor, assim como a alta cultura, aquela de caráter popular também é mobilizada enquanto recurso, tendo em vista o seu gerenciamento para a melhoria socio-política e econômica do país.

No tempo que segue, embora nenhum outro ministro revele, de forma direta, o que entende por cultura como fez Gil (LEIA..., 2003), a análise dos seus discursos possibilita a identificação do que é por eles reconhecido e valorizado como cultura. A cultura popular e a alta cultura aparecem nos discursos de Ferreira (2008), Hollanda (2011), Calero (2016) e de Leitão (2017). No entanto, a análise de coesão textual e relação semântica denota que os enunciantes constroem seus textos adicionando a valorização das diferentes formas de cultura sucessivamente (uso de conjunções aditivas). Como quando Ferreira (2008) fala da “diversidade de manifestações: dança, cineclube, livro, teatro, capoeira”; ou

Hollanda (2011) se refere à “criatividade expressa no artesanato, na dança, no cinema”; no momento textual em que Calero (2016) diz que seu “coração bate no ritmo do funk, do choro, da bossa nova, do samba, dos maxixes, da poesia, da prosa, do sertanejo universitário”; e em que Leitão (2017) lista que”

Há profissionais do teatro, da dança, do circo, da literatura, da música, das mostras e festivais, do patrimônio histórico e artístico, do carnaval e de outras festas populares, do audiovisual, do design, do artesanato, das artes visuais, de museus e centros culturais, de games, das HQs, da moda, da arquitetura, da arte digital e de outros segmentos que compõem a cultura brasileira.

Assim, a cultura popular aparece no texto em passagens sem vínculo argumentativo, de caráter puramente ilustrativo, tanto nas falas de Ferreira (2008) quanto nas de Hollanda (2011), Calero (2016) e Leitão (2017) – o que pode ser interpretado como uma estratégia típica de construção simbólica marcando o reconhecimento expressamente (do tipo, “pra não dizer que não falei das flores”). O aparente consenso entre os ministros(as) sobre o reconhecimento da cultura popular mostra, no entanto, seus limites em uma análise mais detalhada. Enquanto a fala de Gil critica a diferenciação entre culturas e questiona a legitimidade das “hierarquias suspeitas”, engendradas por “cânones ocidentais restritos e restritivos” de uma “*suposta* classe artística e intelectual” (LEIA..., 2003, grifo nosso), que segrega o campo, a diferenciação avaliativa pode ser evidenciada nos demais discursos.

Leitão (2017) refere-se à “formação de capital humano” e Juca Ferreira (2008) defende, num discurso de caráter normativo, o “desenvolvimento cultural através da qualificação do universo simbólico”. Os enunciadores promovem a especialização profissional da cultura, afastando-se de uma perspectiva de saberes tradicionais, do aprender fazendo, da cultura como um processo não fragmentado desenvolvido no cotidiano. A análise das escolhas léxicas de Ferreira

(2008) possibilita a identificação da diferenciação estabelecida entre “manifestações simplórias próprias da periferia” (avaliadas negativamente) e “produções altamente sofisticadas” (avaliadas positivamente). A qualificação, realizada pelo então ministro, opõe “manifestações” culturais (não qualificadas, simplórias e de periferia) de “produções” culturais (qualificadas, sofisticadas e de centro).

Ferreira (2008) e Leitão (2017) contrariam a fala de Gil (LEIA..., 2003), a despeito do comprometimento com o discurso de continuidade, política do primeiro – [...] presidente Lula me delegou a continuidade [...] –, e da reverência, do segundo – “Faço aqui uma pausa para destacar Gilberto Gil, com quem aprendi muito, e de cuja gestão sinto orgulho de ter participado”. Apesar da afirmação do vínculo à representação de cultura de Gil, enfatizando também a cultura popular, os enunciantes abordam aspectos tipicamente sociológicos, sublinhando a especialização e o estímulo a um circuito organizacional que estimula, por diversos meios, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, atendendo a demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, assim como descreve Botelho (2001).

A distância entre o aparente reconhecimento da cultura popular brasileira e sua efetiva valorização foi identificada também nas falas dos demais enunciadores, no exame da transitividade, temporalidade, avaliação, uso de metáforas, normatização e modalidade deôntica. São utilizados dados quantitativos do pouco acesso da população brasileira a um tipo específico de cultura, avaliado positivamente, para defender a sua promoção – uma estratégia típica de construção simbólica. “Museus, exposições/galerias de arte, cinema/filmes, espetáculos teatrais e de dança, livros/bibliotecas” e “arquitetura/urbanismo” (FERREIRA, 2008; HOLLANDA, 2011; SUPLICY, 2012), são referenciados repetidamente como a cultura a que a população brasileira não “conhece”, não “assiste”, não “consome” (CALLERO, 2016; FERREIRA, 2008, 2015; FREIRE, 2016;

HOLLANDA, 2011; SUPPLY, 2012;), como a cultura que falta, a cultura da qual se sofre de “fome”. (HOLLANDA, 2011)

A análise de transitividade dos processos materiais dos discursos, pós Gil (LEIA..., 2003), possibilita a identificação do cidadão como agente passivo e receptor. À população cabe “assistir” (não apresentar), “consumir” (não produzir), “ler” (não escrever), “ouvir” (não cantar): o povo permanece na condição de espectador de uma cultura entregue. Percebemos um deslocamento conceitual: a inclusão cultural deixa de ser o genuíno reconhecimento dos fazedores de cultura popular no campo, para o “dar acesso” a bens culturais já legitimados.

Nesse sentido, também o excerto da fala de Hollanda (2011) é forte e representativo: “Para acabar com a fome de cultura que ainda reina em nosso país. [...] O que não significa que vamos passar ao largo da vida rural, como se ela não existisse. O campo precisa de uma “luz para todos” cultural”: o campo, o interior, o espaço fora do eixo cultural brasileiro (em que o sul é o norte, o centro) precisa de uma política cultural que leve luz, que traga de fora a modernização (desenvolvimento) e, então, o ilumine. A diferenciação, assim, permanece e é fortalecida, num discurso mantenedor da ordem social eurocêntrica: “pensar o Brasil como um dos centros mais vistosos da nova cultura mundial”. (HOLLANDA, 2011)

A análise discursiva do *corpus* possibilitou a identificação de elementos intertextuais conciliatórios. No entanto, em um exame mais cuidadoso, outras categorias de análise (como a modalidade deôntica, avaliação, transitividade) permitem evidenciar a luta discursiva subjacente: A crítica de Gil (LEIA..., 2003) em relação à “discriminação cultural” – que vê a cultura popular (folclore) “como tudo aquilo que, não se enquadrando no panorama da cultura de massa, é produzido por gente inculta, por ‘primitivos contemporâneos’, como uma espécie de enclave simbólico, historicamente atrasado, no mundo atual” – não faz eco nas falas dos ministros(as) que o sucedem, com discursos recolonizadores.

A linha argumentativa seguida pelos enunciantes faz concluir que “a fome de cultura ainda reina em nosso país” (HOLLANDA, 2011), a despeito do reconhecimento explícito e recorrente da “riqueza” (CALERO, 2016; FERREIRA, 2008, 2015; SUPLICY, 2012) da cultura nacional enunciada em outros momentos textuais. Em Hollanda (2011), o tipo de cultura que é “pujante, imensa”, é representada como tipicamente “periférica, simplória, desqualificada, não sofisticada”, e parece não nutrir, não brilhar, por não ter sido ainda explorada em seu potencial mercadológico. São ainda “manifestações, folclore”, e não “produções”, não produto. O tipo de cultura que promove o desenvolvimento é, na representação de Hollanda (2011), Ferreira (2008, 2015), Suplicy (2012) e Calero (2016), a cultura externa, de fora, legitimada por critérios de rentabilidade, de valor de uso.

Tais representações contradizem a representação de cultura defendida por Gil em 2003, quando conceitua “a cultura como tudo aquilo que se manifesta para além do mero valor de uso”. (LEIA..., 2003) Gil (2003) critica a mercantilização da cultura, negando a racionalidade instrumental característica do sistema capitalista, quando caracteriza o mercado como um “deus caprichoso” (nominalização), cuja lógica “imediatista, estreita, insuficiente, ignorante, distorcida, é regida pela lei do mais forte”. A crítica de Gil (2003) é endossada na fala de Ferreira (2008), quando este afirma o mercado como “concentrador e excludente”.

Pode ser evidenciada na fala de Ferreira (2008), no entanto, um posicionamento mais conciliador. O enunciante naturaliza a ideia de “mercado por excelência concentrador e excludente” e justifica por conta dessa característica natural (não intencional, portanto, aceita) o papel do Estado, como “fundamental para sua realização plena”, legitimando sua fala por referência à autoridade (Smith). Não há, portanto, rompimento com a lógica mercantil. Esse posicionamento conciliatório é reforçado quando Ferreira (2008) afirma que “as dimensões sociais e econômicas não devem ser vistas como

contraditórias, mas interdependentes”. A cultura, segundo autor, só pode ser desenvolvida como economia: “A arte não se desenvolve no vácuo”. (FERREIRA, 2008) A análise das relações semânticas permite identificar que a construção do texto tem por objetivo a defesa da dimensão econômica. Os demais ministros não tiveram o mesmo cuidado conciliatório da argumentação de Ferreira (2008) e aproximaram a cultura de uma representação de economia de forma direta, lógica e naturalizada.

Pode ser percebido um deslocamento do conceito de diversidade, anunciado por Gil (2003) como elemento democrático de reconhecimento das diferenças e representado pelos demais ministros(as) como diferencial competitivo nacional. A diversidade cultural é representada como “vocação, potencial econômico<sup>7</sup>”. (CALERO, 2016; FREIRE, 2016; LEITÃO, 2017) Comparada metaforicamente a “jazidas” (HOLLANDA, 2011) inexploradas, a cultura é potencialmente agregadora de “valor” (FERREIRA, 2015), geradora de “renda e empregos” (HOLLANDA, 2011; LEITÃO, 2017), uma “cadeia de produção” subaproveitada que “precisa ser aproveitada para a conquista de novos mercados”. (CALERO, 2016) A “cultura”, nas palavras de Leitão (2017), “está no cerne da economia”. A representação da cultura como mercado, remanescente do período político de Fernando Henrique Cardoso, marcado pela experiência neoliberal, é evidenciada nos discursos dos enunciadores (pós-Gil). O discurso dos ministros(as) segue uma coerência intra e intertextual, nas escolhas semânticas: A cultura como “setor/industrial/mercado/economia” faz de seus fazedores “produtores/empreendedores” e de suas manifestações, “produtos” (CALLERO, 2016; FERREIRA, 2015; FREIRE, 2016; HOLLANDA, 2011; LEITÃO, 2017), da sua apreciação “consumo, compra, despesa”. (FERREIRA, 2008; HOLLANDA, 2011)

7 Os termos economia e mercado (e seus correlatos) foram escolhas semânticas realizadas em sessenta e dois (62) momentos textuais do *corpus* analisado.

Leitão (2017) utiliza um grande espaço textual, a partir de dados econômicos – estratégia de racionalização –, para defender a “promoção do setor cultural pelo poder público” como “investimento” financeiro altamente rentável. “2,6% do PIB; 900 mil profissionais; 251 mil empresas; R\$ 271 bilhões; faturamento de US\$ 43,7 bilhões; US\$ 2,23 trilhões; impacto no PIB foi de 0,46%”: são apenas alguns dos dados quantitativos em seu discurso que revelam uma estratégia típica de construção simbólica a partir da racionalização.<sup>8</sup> (FAIRCLOUGH, 2003; THOMPSON, 2002)

Essa perspectiva legítima àquela do cidadão como espectador, receptor de uma cultura mercantil externa e também como cliente, na medida em que os fragmentos textuais apresentados demonstram o entendimento, por parte dos enunciantes, de que há necessidade de “elevação do poder aquisitivo” da população para que esta passe a “fazer parte do mercado das possibilidades de compra” e amplie a “capacidade de consumo cultural”. (FERREIRA, 2008; HOLLANDA, 2011) Há um reforço da relação distintiva, hierárquica e discriminatória entre a cultura popular e a Cultura (com “c” maiúsculo). Apenas a incorporação da cultura legitimada tradicionalmente promoveria o que Hollanda (2011) denomina “ascensão cultural”. Novamente a cultura pode ser evidenciada como elemento de recolonização.

A visão da cultura enquanto recurso (YÚDICE, 2004), não está restrita à dimensão econômica. À cultura é imposta, também, uma função social. Leitão (2017) fala da importância de “considerar sua relevância econômica e social”. Para Gil (LEIA..., 2003), é “papel central da cultura contribuir objetivamente para a superação da desigualdade e inclusão social”. Ferreira (2008, 2015) corrobora e coloca a cultura como “estratégia de construção da igualdade”,

.....  
8 Referência à utilidade da ação institucionalizada e ao conhecimento para conferir validade cognitiva (FAIRCLOUGH, 2003); raciocínio que procura justificar um conjunto de relações. (THOMPSON, 2002)

da “inclusão” e de “coesão social”. A função educacional da cultura é também defendida por Ferreira (2008, 2015) e Calero (2016). Finalmente, a cultura é, aparentemente, reconhecida como “direito” no *corpus* discursivo analisado. (CALERO, 2016; FERREIRA, 2008, 2015; HOLLANDA, 2011; LEIA..., 2003; LEITÃO, 2017) A escolha semântica pelo termo “direito” é realizada em trinta e seis momentos textuais. No entanto, a expressão (direito) é, em grande parte das vezes, adicionada sequencial e descritivamente à concepção de cultura – como no fragmento da fala: “porque a arte em si é um bem, um patrimônio, um legado, uma necessidade, um direito”. (FERREIRA, 2008) Em outras repetidas ocasiões refere-se ao “acesso”<sup>9</sup> à cultura. Na fala de Gil (LEIA ..., 2003) são identificadas avaliações positivas do termo e relações semânticas intratextuais que apontam para uma elaboração do conceito e coerência com os demais momentos do evento discursivo. A análise dos demais eventos textuais permite concluir que o termo passa a ser (após Gil) utilizado como estandarte, alegoria, numa estratégia típica de construção simbólica.

Salientamos que apesar de haver uma ampliação daquilo que se entende por cultura com a incorporação da cultura popular no espectro das atenções do Estado – principalmente no discurso de Gil (LEIA..., 2003), que pode ser entendido como um marco no reconhecimento da cultura popular –, enfatiza-se, em maior ou menor medida, justificativas para o seu valor. Assim, entendemos, a partir dos discursos analisados, que a cultura legitimada é aquela que atinge um determinado fim, sendo este de origem econômica ou social.

## DA SERVIDÃO CULTURAL: POSSÍVEIS REFLEXÕES

A análise crítica do discurso das falas dos ministros em posse evidencia a predominância de uma representação da cultura de

.....  
9 Foi identificada a ocorrência do termo “acesso” em trinta e três momentos do *corpus*.

maneira utilitarista e funcional. A cultura é legitimada, promovida e reforçada, no texto dos enunciadores, como útil ao desenvolvimento nacional, seja como elemento mercantil ou a serviço da “justiça social”. O valor, a validade, a medida da relevância e do reconhecimento da cultura está vinculado, nesse sentido, ao seu potencial de contribuição econômica e/ou social. Salientamos que independentemente da visão atribuída ao conceito de desenvolvimento, cujo caráter polissêmico pode ser percebido no discurso dos ministros enunciadores, a ideia da conveniência da cultura, ou seja, da cultura enquanto recurso para se atingir um fim, quer seja voltado a uma melhoria sociopolítica e/ou econômica, permanece. (YÚDICE, 2004)

No livro intitulado os Abutres da Cultura (*Culture vultures*), Belfiore (2006) critica o instrumentalismo das decisões políticas e questiona o consenso, que parece incontroverso, sobre o valor dessas organizações para (e seu dever com) o desenvolvimento do país. A autora denuncia o deslocamento do propósito em fazer arte, esclarece que não há como negar o valor econômico ou social da arte, reconhece que há na arte um poder que pode provocar transformações positivas na sociedade, mas como consequências indiretas.

O interesse sobre a eficácia da cultura, resulta em políticas culturais que não refletem uma compreensão do poder universal da arte. Políticas estas que poderiam ser caracterizadas como políticas sociais ou políticas econômicas da cultura, por pouco tratarem da arte em si, por desconsiderarem seu valor por si só. O último momento da fala de Leitão (2017) – do último ministro empossado até esta pesquisa – ecoa a análise aqui empreendida:

Sugiro aproveitar este encontro para estabelecer um pacto pela reconstrução do MinC e pela *valorização da cultura e das atividades criativas deste país, considerando sua relevância econômica e social. Seu caráter estratégico. Vamos ressuscitar nossos sonhos?*

A cultura permanece sendo justificada por externalizações positivas (utilizando termos econômicos), que se reverteram em finalidade. A cultura se justifica, no Brasil, pelo que lhe é externo. Só se legitima em seu valor utilitário. Virou razão secundária das políticas públicas, e assim, pode se tornar razão secundária também para seus fazedores.

A imputação de um papel à cultura altera não apenas o produto/obra/processo artístico resultante, mas as formas de seu fazi-mento, o organizar de seus fazedores. (GARCÍA CANCLINI, 2008) Quando se atribui à cultura uma função, uma utilidade, quando ela é observada enquanto recurso, imprime-se ao seu organizar a lógica utilitária, funcional e instrumental. A organização se instrumen-taliza e, inevitavelmente, ganha conformidade com as formas organizacionais dominantes, ao modelo burocrático e econômico. (GARCÍA CANCLINI, 2008) Desse modo, o caráter utilitário da cultura, a submissão e comprometimento com demandas postas a seu encargo é profundamente antidemocrático e tende a negar a cultura como direito.

## REFERÊNCIAS

- BELFIORE, E. The social impacts of the arts – myth or reality? *In*: MIRZA, M. (ed.). *Culture cultures: is UK arts policy damaging the arts?* London: Policy Exchange, 2006. p. 20-37.
- BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001.
- BRANT, L. *O poder da cultura*. São Paulo: Peirópolis. 2009.
- CALABRE, L. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Enecult, 2007. p. 1-18.
- CALERO, M. “O partido da cultura é a cultura, não qualquer outro”. *Secretaria Especial da Cultura*, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <http://cultura.gov.br/o-partido-da-cultura-e-a-cultura-nao-qualquer-outro/>. Acesso em: 3 maio 2019.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. *Crítica y Emancipación*, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 53-76, 2008.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 1999.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Tradução Izabel Magalhães. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FERREIRA, J. Discurso de posse no Ministério da Cultura. *Secretaria Especial da Cultura*, Brasília, DF, 28 ago. 2008. Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset\\_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-da-cultura-juca-ferreira-por-ocasio-da-solenidade-de-transmissao-de-cargo-169345](http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-da-cultura-juca-ferreira-por-ocasio-da-solenidade-de-transmissao-de-cargo-169345). Acesso em: 28 ago. 2015.

FERREIRA, J. Discurso de posse de Juca Ferreira. *Secretaria Especial da Cultura*, Brasília, DF, 12 jan. 2015. Disponível em: <http://cultura.gov.br/293144-revision-v1/>. Acesso em: 3 maio 2019.

FREIRE, R. Abertura da Reunião de Ministros da Cultura da CPLP: discurso do ministro Roberto Freire. *Secretaria Especial da Cultura*, Brasília, DF, 23 nov. 2016. Disponível em: <http://cultura.gov.br/288530-revision-v1/>. Acesso em: 3 maio 2019.

GARCÍA CANCLINI, N. G. Campos culturais ou mercados? In: GARCÍA CANCLINI, N. G. *Leitores, expectadores e internautas*. Tradução Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008. p. 19-24.

HOLLANDA, A. *Discurso de posse no Ministério da Cultura*. Brasília, DF, 3 de jan. 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2011/01/03/discurso-de-posse-da-ministra-da-cultura-ana-de-hollanda/>. Acesso em: 28 ago. 2015.

JORGE, M. S. Cultura popular, cultura erudita e cultura de massas no cinema brasileiro. *Revista Cronos*, Natal, v. 7, n. 1, p. 173-182, jan./jun. 2006.

LEIA a íntegra do discurso de posse de Gilberto Gil. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2 jan. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2015.

LEITÃO, S. S. *Discurso de posse no Ministério da Cultura*. Brasília, DF, 25 jul. 2017. Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset\\_publisher/DmSRak0YtQfY/content/-as-atividades-culturais-e-criativas-sao-vocacoes-do-brasil-discurso-de-posse-do-ministro-sergio-sa-leitao/10883](http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/-as-atividades-culturais-e-criativas-sao-vocacoes-do-brasil-discurso-de-posse-do-ministro-sergio-sa-leitao/10883). Acesso em: 5 jul. 2018.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: desafios contemporâneos. In: CALABRE, Lia (org.). *Políticas culturais: olhares e contextos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. p. 11-21.

SIMÕES, J. M.; VIEIRA, M. M. F. A influência do Estado e do mercado na administração da cultura no Brasil entre 1920 e 2002. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 215-237, mar./abr. 2010.

SUPLICY, M. Discurso de posse da ministra da Cultura, Marta Suplicy. *Secretaria Especial da Cultura*, Brasília, DF, 13 set. 2012. Disponível em: <http://cultura.gov.br/307382-revision-v1/>. Acesso em: 28 ago. 2015.

THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2002.

THROSBY, D. *Economics and culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.